



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE LAGARTO/SE**

Processo: 201954100368

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ABRAAO DE SANTANA OLIVEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

**Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar que houve invalidez decorrente do acidente de trânsito.**

**Conforme consignado pelo perito em seu laudo, inexistente invalidez decorrente da lesão no crânio, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a esta situação:**

Local, data.

Assinatura da vítima

#### Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☐ Sim ☒ Não ☐ Prejudicado

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre u fato geradora, qual seja um acidente de trânsito e uma invalidez, Não tendo sido observados esses elementos.

Dessa forma, requer o acolhimento do laudo produzido, para que, sejam julgados totalmente improcedentes os pedidos da inicial.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

LAGARTO, 28 de dezembro de 2022.

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
**2592 - OAB/SE**